

Projeto prevê transformações no velho sistema tributário

Angela Tejo

O sistema tributário está sofrendo de uma doença rara: o envelhecimento precoce. Uma doença degenerativa, agravada por medidas casuísticas adotadas ao longo das últimas duas décadas. E o que provocou este quadro foram os resultados negativos da última reforma tributária: agravamento das desigualdades na distribuição de renda, preservação das disparidades regionais, esvaziamento do sistema federativa o ausência de participação de maior parte do povo brasileiro nas decisões sobre o uso dos recursos aplicados pelo governo.

Para reverter esta situação não basta apenas aplicar sedativos e retocar a maquiagem, se utilizando de medidas paliativas que corrijam os desvios e desacertos acumulados ao longo dos últimos 20 anos. É necessário que se faça uma profunda cirurgia, com vistas a transformar o atual sistema tributário num instrumento, capaz de reorientar o padrão de financiamento do setor público brasileiro, abrindo espaço para a retomada do investimento e ampliação do gasto social. Se pretende, ainda, centralizar o processo decisório e a capacidade financeira, além de redefinir os mecanismos de intermediação política, que asseguram maior controle social do Estado e a consequente representatividade das ações governamentais.

Neste sentido, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças irá encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte, projetos propondo uma ampla reforma no sistema tributário vigente. Conforme explicou o professor Fernando Rezende da PUC e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), o que se espera do novo sistema tributário são as seguintes contribuições: melhor equilíbrio do sistema federativo, através do fortalecimento das finanças dos estados e municípios; redução das injustiças na distribuição da carga tributária; atenuar as



desigualdades regionais; recuperar a capacidade de investimento público e preservar os direitos do contribuinte nas suas relações com o fisco.

Um dos mais ousados e inovadores projetos encaminhados à Subcomissão de Tributos, propondo uma profunda reforma tributária, foi o apresentado pelo IPEA, sob a coordenação do professor Fernando Rezende. São três as linhas gerais que norteiam este projeto: a adoção de bases abrangentes na tributação de renda, do consumo e da riqueza; a ampliação das partilhas tributárias e a revisão do sistema de transferência; e, a simplificação e estabilidade das normas jurídicas, tendo em vista preservar os direitos do contribuinte e evitar o excessivo arbítrio do Estado em matéria tributária.

Reduzir impostos

A adoção de bases abrangentes significa a redução do número de impostos que compõem o sistema tributário, propiciando a uniformização do tratamento fiscal e a aplicação correta do princípio de

equidade.

E proposto, ainda, a instituição de um imposto geral sobre o patrimônio, de competência da União, de forma a corrigir a distorção de pequenos patrimônios serem tributados integralmente, enquanto grandes riquezas são parcialmente. O aperfeiçoamento do ICM e sua transformação em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é outra proposta da reforma tributária.

Mudanças

Outras mudanças propostas é a extinção dos impostos únicos, do imposto sobre serviços de qualquer natureza e dos impostos sobre transportes e sobre serviços de comunicações. A proposta é de que o ICM seja substituído pelo imposto sobre operações relativas à circulação de coisas móveis corpóreas e sobre prestação de serviços e o IPI pelo imposto sobre bebidas, veículos automotores e derivados de fumo. O Finsocial e a cota federal do salário-educação são substituídos por um adicional, temporário, de novo imposto estadual.

Empresários acreditam que informática muda

Os empresários do setor de informática prevêem um "abrandamento" do atual relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos na questão da reserva de mercado na área. Pelo menos 75 por cento dos 108 executivos do setor ouvidos em pesquisa realizada pela empresa Arthur Andersen demonstraram essa impressão, além de 63,89 por cento acreditarem que a lei de informática será mantida pelos constituintes mas com alterações significativas.

A pesquisa foi realizada durante o seminário "Tendência da tecnologia de informação", no centro empresarial de São Paulo, e divulgada pelo diretor da divisão de sistemas da Arthur Andersen, Silvio Genesini.

Os empresários ouvidos pela pesquisa praticamente não viram benefícios para a categoria com o advento da lei de informática e apenas 0,93 por cento afirmaram que os computadores da indústria nacional têm preços menores que os similares importados, mas 34,26 por cento admitiram que a lei permitiu o desenvolvimento de mão-de-obra especializada para utilização pelas empresas brasileiras.

A nova Constituição, segundo 87,96 por cento dos empresários ouvidos,

deverá permitir a reserva de mercado, deixando para leis específicas a tarefa de definir em quais áreas poderá ocorrer.

Com relação ao projeto de software, enviado pelo Executivo ao Congresso para apreciação e aprovação, 53,70 por cento dos empresários afirmaram que a lei será aprovada mas com alterações significativas e 37,04 por cento acreditam que será aprovada sem alterações significativas.

O setor de informática vem crescendo a uma taxa de 35 por cento ao ano. Os empresários não acreditam que essa taxa se mantenha em 1987, mas 48,15 por cento estão confiantes de que esta taxa ficará este ano entre 20 a 30 por cento. A taxa de crescimento entre 10 e 20 por cento foi admitida por 33,33 por cento dos entrevistados.

Com a questão da moratória, a dívida externa e a maior necessidade de controle das importações, os empresários não acreditam (50,93 por cento) que o setor de informática terá tratamento diferenciado aos outros produtos. Os que acreditam que a informática terá baixa prioridade na aprovação das guias de importação chegaram a 32,41 por cento.

Um lobby traiçoeiro

Gladston Holanda
Subeditor de Economia

A "batalha" da Constituinte está trazendo de volta, pelo menos para o setor de informática, uma prática utilizada durante a discussão e aprovação da lei que reserva o mercado para as indústrias nacionais: os documentos apócrifos, sempre com críticas e acusações à política nacional de informática. O alvo também não mudou e as críticas centram fogo contra a atuação da SEI — Secretaria Especial de Informática.

Enquanto entidades como o MBI — Movimento Brasil Informático (que congrega empresas e profissionais que defendem a reserva de mercado) fazem um lobby legítimo e democrático "assinando em baixo" suas posições, pessoas ou entidades se utilizam de documentos apócrifos para fazerem prevalecer suas idéias.

Na semana passada, em reunião da Subcomissão de Ciências, Tecnologia, Informática e Comunicações, foi distribuído

documento apócrifo de 13 páginas, que tem como título "Avaliação dos resultados da PNI e os seus reflexos no setor eletro-eletrônico", trazendo inclusive "recomendações de alterações" à política nacional de informática.

São poucos aqueles que têm posições críticas sobre a atuação da SEI e vêm a público fazer suas denúncias. O senador Roberto Campos, por exemplo, sempre faz suas críticas de forma clara, e objetiva, mantendo uma posição de dignidade em relação às suas idéias. Errando algumas vezes e acertando outras, Roberto Campos, com sua clareza parlamentar, aponta distorções a serem corrigidas.

E inadmissível, no entanto, que documentos apócrifos procurem tumultuar a atuação dos parlamentares, que decidirão sobre os destinos do setor de informática no país. É claro que a política nacional de informática não é perfeita e não está "fechada" para mudanças, principalmente porque é um setor que trabalha com um produto altamente dinâmico: a tecnologia.